

SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERVIÇO DE SAÚDE NO HOSPITAL MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA - MG

Cleusa das Dores Nogueira¹

Marcelo Antonio Morais²

Claudiomir Silva Santos³

Nayara Clarete da Penha⁴

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

RESUMO

Na corrida pelo crescimento econômico, o descaso com o meio ambiente torna-se um fator de grande impacto e risco na qualidade de vida da sociedade. Aliado à preocupação na manutenção da vida, o desenvolvimento sustentável ganha cada vez mais notoriedade. Visando o equilíbrio entre crescimento, uso de recursos naturais e a preocupação com futuras gerações, técnicas sustentáveis são criadas, aprimoradas e executadas em prol do meio ambiente. Neste contexto surge a preocupação com o descarte dos resíduos sólidos do serviço de saúde do Hospital Municipal de Andrelândia, apresentando-se um panorama acerca da situação atual do descarte destes resíduos. Baseado em entrevistas pré-estruturais junto aos órgãos competentes e população local, o trabalho buscou avaliar a maneira e qualidade do serviço prestado à sociedade, bem como o comprometimento dos profissionais que trabalham nas unidades de pronto atendimento/unidades básicas de saúde, clínicas especializadas, laboratórios de análises clínicas e hospitalais. Pode-se constatar que embora haja caracterização, segregação, acondicionamento e armazenamento dos resíduos, estes ainda representam um problema de difícil gestão para o município, e o transporte e disposição final assim como na maioria dos municípios brasileiros são responsabilidade de empresas terceirizadas. No entanto, mesmo que de forma precária o município atende a legislação exigida.

Palavras-chave: Lixo hospitalar; Contaminação; Meio ambiente; Profissionais da saúde; Urbanização.

INTRODUÇÃO

A Norma Brasileira 12807/1993 classifica os resíduos quanto à periculosidade e toxicidade. No Brasil são precárias as condições dos resíduos, devido a isso não há estatísticas

¹Discente do Curso Técnico em Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Câmpus Muzambinho.

²Docente, orientador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Câmpus Muzambinho, marcelomorais04@gmail.com.

³Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Muzambinho, claudiomirsilvasantos@gmail.com.

⁴Discente do Curso de graduação em Engenharia Agrônômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Câmpus Muzambinho, nayara.clarete.p@gmail.com.

precisas a respeito do número e nem da quantidade de resíduos de saúde que são gerados todos os dias com exatidão (ABNT, 1993).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, por meio da Norma Regulamentadora NBR 10.004/2004, classifica os resíduos quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública em: classe I - perigosos e classe II – não perigosos. Os resíduos da classe I ou perigosos são aqueles que podem apresentar riscos à saúde ou ao meio ambiente, em função de suas propriedades físicas, químicas e/ ou biológicas. São caracterizados por possuir, no mínimo, uma das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade (ABNT, 2004).

Os resíduos sólidos do serviço de saúde são considerados especiais, por serem altamente poluentes e apresentam grande risco de contaminação para as pessoas, por conterem materiais perfurantes e cortantes que podem ocasionar lesões ou infecções. Esses materiais provêm de hospitais e clínicas, devendo ser manuseados e armazenados de forma correta, devido ao alto risco de acidentes e contaminação. Além disso, a destinação final dos resíduos deve ser em locais preparados para recebê-los, como os aterros sanitários, que devem atender critérios e normas de engenharia apropriada de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública (ANVISA, 2004).

A Lei Nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 institui a política nacional de resíduos sólidos reunindo o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas no governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento. Como um degrau estendido ao Distrito Federal, Estados, municípios e afins (BRASIL, 2010).

A gestão dos resíduos é condição indispensável para se atingir o desenvolvimento sustentável. Um dos caminhos para a solução desse problema é a aplicação da política dos “3R”, que consiste em: reduzir, reutilizar e reciclar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Para que a segurança ocorra e que estes resíduos sejam manuseados e descartados de maneira correta é necessário a criação do PGRSS ou plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. É um documento integrante do processo de licenciamento ambiental de todo e qualquer estabelecimento que trabalhe com saúde humana ou animal. Constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão de resíduos, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais. Indica processos que são utilizados pelo estabelecimento para a não-geração ou minimização de geração de resíduos, bem como de

todos os passos para as suas segregações na fonte, acondicionamentos, coletas, armazenamentos, transportes, reúsos, reciclagens, tratamentos e disposições finais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Diante do exposto o presente estudo teve o objetivo de apresentar um panorama acerca da situação atual do descarte dos resíduos sólidos hospitalar do município de Andrelândia, MG.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no hospital Dr. Gustavo Ernesto Alves, situado na rua Dr. Walter Octacilio Silva, no bairro Santos Dumont, cidade de Andrelândia. O município localiza-se no sul de Minas Gerais, com uma população aproximada de 12.507 habitantes. Situado a 985 metros de altitude, as coordenadas geográficas do município são latitude: 21° 43' 4" S longitude: 44° 18' 44" W. A Figura 1 mostra o local de estudo.



Figura 1. Hospital Dr. Gustavo Ernesto Alves, Andrelândia – MG. Fonte: Google earth.

Para elaboração do estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, manuscritos digitais e eletrônicos; tratando-se de uma consulta de base documental, já que pesquisa de campo não pode ser realizada devido a algumas autorizações, no entanto as informações necessárias foram obtidas para a realização do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica sobre os RSSS (resíduos sólidos do serviço de saúde) busca uma melhor compreensão sobre a composição, classificação, coleta, armazenamento e por fim o descarte deste material e como este serviço é realizado.

No decorrer do curso e do convívio social, observa-se o aumento constante dos resíduos hospitalares. Também que o setor de saúde está entre um dos setores que mais cresce no país e no mundo. Existe ainda a preocupação em oferecer um melhor atendimento às pessoas e com isto vem sendo necessário a implantação de unidades de pronto atendimento/unidades básicas de saúde, clínicas especializadas, laboratórios de análises clínicas e hospitais, sendo que este último está cada vez mais complexo; isto porque se tem que oferecer um melhor atendimento a população, o que está se tornando uma realidade na cidade de Andrelândia, como também em outras cidades brasileiras.

Quanto ao gerenciamento, pode-se afirmar que neste processo há um envolvimento que parte de dentro e fora do hospital municipal de Andrelândia, sendo o hospital responsável por todas as etapas do gerenciamento, juntamente com a secretaria municipal de saúde.

Os resíduos produzidos no hospital municipal de Andrelândia, principalmente os que são produzidos em laboratório e afins, representam por si só um problema de difícil gestão, não havendo um método ou solução única que possa ser gerenciado. Para isso é necessário que os funcionários responsáveis por esta coleta sigam etapas para um bom gerenciamento dos resíduos. Citam-se algumas: caracterização, segregação, acondicionamento desses resíduos, tratamento e armazenamento, até então de responsabilidade da entidade. Já o transporte e a disposição final ficam sobre a responsabilidade da empresa ACISPES que finaliza o processo.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, embora haja caracterização, segregação, acondicionamento e armazenamento dos resíduos, estes representam um problema de difícil gestão para o município. O transporte e disposição final dos resíduos, assim como a maioria dos municípios brasileiros são responsabilidade de empresas terceirizadas. No entanto, mesmo que de forma precária há o atendimento da legislação exigida.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Resíduos de Serviço de Saúde**. ABNT/NBR-12.807. 1993. Rio de Janeiro: Portal ABNT.

Disponível em: <www.abnt.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ABNT. **Resíduos sólidos**- Classificação. NBR-10.004. 2004. Rio de Janeiro: Portal- ABNT.

Disponível: <www.abnt.com.br>. Acesso em: 06 mai. 2017.

ANVISA. Ministério da Saúde. **Resolução RDC** n° 306. 2004. Disponível em:

<<http://portal.anvisa.gov.br/regulamentacao>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL, **Lei N° 12.305**. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Projeto REFORSUS - Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde. 2002. **Ministério da Saúde**: Brasília (Brasil).